

## **TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO**

### **1. OBJETO E JUSTIFICATIVA.**

Este termo de referência visa estabelecer os critérios mínimos para contratação de profissional e/ou empresa especializada e habilitada para apresentação técnica e gráfica de projetos de reforma de arquitetura de interiores e seus respectivos projetos complementares para a sede do CRESS/SC.

O CRESS/SC possui 3 salas (integradas) localizadas no 10º Andar e 2 salas (integradas) no 12º andar do Edifício APLUB, no centro de Florianópolis / SC necessitando de reforma e adequação dos espaços físicos.

### **2. QUANTO AOS PROJETOS TÉCNICOS A SEREM ENTREGUES:**

Constitui objeto do presente Termo, a contratação de profissional e/ou empresa especializada e habilitada para apresentação técnica e gráfica de projetos de reforma de arquitetura de interiores e seus respectivos projetos complementares para a sede do **Conselho Regional de Serviço Social– CRESS/SC**. Os projetos deverão ser planejados e concebidos de forma a utilizar as novas tecnologias de materiais existentes no mercado, com a finalidade de aperfeiçoar o tempo de reforma, atentando para a funcionalidade e economia, observados os termos e condições constantes no presente Termo de Referência. Os projetos a serem entregues são:

- Projeto de reforma de interiores;
- Projeto de mobiliário;
- Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão;
- Projeto de instalações telefônicas prediais;
- Projeto de cabeamento estruturado, automação e lógica em edifícios;
- Projeto de instalações hidrossanitárias prediais;
- Projeto de luminotecnica;
- Projeto de combate a pânico e incêndio (se necessário);
- Emissão de laudo das instalações de prevenção de combate a incêndio e pânico;
- Projeto de reforma/recuperação das esquadrias das janelas;
- Projeto de execução.

Consideram-se incluídos nos itens acima elencados, além dos projetos especializados, a elaboração e entrega pelo profissional e/ou empresa a ser contratada dos seguintes elementos:

- a. Memorial descritivo apresentando todas as Especificações Técnicas e Encargos, para cada um dos projetos elaborados, além das referências às Normas Técnicas a serem consultadas para a metodologia de execução dos serviços. Este documento deve apresentar todas as características necessárias para identificação dos produtos a serem aplicados, tipo de material, dimensões e características físicas dos elementos,

classificação, dimensão e cor dos acabamentos utilizados, entre outras informações pertinentes.

- b. Orçamento para execução da obra, discriminando todos os projetos elaborados, considerando os valores praticados no mercado.
- c. Planilha Orçamentária, a ser preenchida pelas empresas que irão concorrer em licitação para executar a reforma das instalações contendo, no mínimo, as seguintes informações: discriminação dos materiais e serviços, quantitativo de cada material e serviço, custo unitário dos materiais e serviços, custo total de cada material e serviço que deverá ser incluído ao final da Planilha Orçamentária;
- d. Cronograma físico-financeiro contendo a previsão de gastos com cada uma das etapas da obra, de forma a possibilitar uma análise da evolução física e financeira da mesma. Este Cronograma deverá conter o percentual mensal de execução dos serviços, e a aplicação dos recursos de cada item relativos ao valor total da obra, de forma compatível à Planilha Orçamentária apresentada;
- e. Recolhimento das taxas e registros das ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) junto ao CAU. As ARTs ou RRTs deverão ser devidamente preenchidas observando as especialidades diversas que deverão ser desdobrados em tantos profissionais quantos forem os profissionais envolvidos no objeto do contrato. Os formulários de ARTs ou RRTs deverão ser entregues devidamente quitadas e assinadas por seus Responsáveis Técnicos;
- f. Plantas, “layouts”, Produtos Gráficos e Relatórios Técnicos (impresso/plotado em tamanho A1 com escalas a serem julgadas pelo profissional responsável, eficientes para a correta e posterior execução da obra), e digital (em extensão pdf. e dwg.).
- g. Acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

### **3. QUANTO A LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS:**

Os projetos deverão obedecer as NBRs, leis, decretos, portarias, de demais regulamentos em todas as esferas governamentais, diretamente e/ou indiretamente aplicáveis.

### **6. SUBCONTRATAÇÃO**

A Contratada não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços objeto do contrato.

A Contratada poderá subcontratar parte dos serviços, com exceção do projeto arquitetônico ou engenheiro, desde que a subcontratação seja aprovada prévia e expressamente pelo Contratante.

Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a Contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **7. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **7.1. Se empresa:**

**7.1.1.** Ser empresa de engenharia, e/ou arquitetura devidamente habilitada, com Certidão de Registro e Comprovante de regularidade da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, expedidos pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), possuindo contrato social devidamente compatível com a execução do presente objeto deste Termo de Referência;

### **7.2. Se pessoa física:**

**7.2.1.** Ser pessoa física que atenda e comprove ser arquiteto ou engenheiro civil, devidamente registrado no seu Conselho de classe.

**7.3.** Se pessoa jurídica indicar, na data prevista para assinatura do contrato, engenheiro e/ou arquiteto responsável, registrado no CREA ou no CAU, para responder pelos serviços e dirimir possíveis dúvidas do CRESS/SC.

**7.4.** O engenheiro e/ou arquiteto responsável deverá comprovar vinculação profissional com a empresa apresentando, se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; se sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente; se contratado: cópia do contrato devidamente assinado.

**7.5.** Apresentar atestado de capacidade técnica, devidamente registrado no CREA ou no CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, que comprove que a contratada tenha executado serviços de características semelhantes aos descrito neste Termo de Referência;

**7.6.** Para a contratação, o interessado deverá apresentar a seguinte documentação, em original ou cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor do CRESS/SC, perfeitamente legível, juntamente com as cópias que serão juntadas aos autos, os seguintes documentos:

### **7.6.1. Para empresas:**

**a)** Registro Comercial, no caso de empresa individual, relacionando o objeto social ao da contratação;

- b)** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, relacionando o objeto social ao da licitação, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, caso já tenha sido apresentada e juntada no credenciamento não se faz necessária nova apresentação;
- c)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- d)** Prova de Regularidade com a Fazenda Federal através de Certidão de Quitação de Tributos Federais, conjunta a Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa da União, com validade na data da contratação.
- e)** Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual através de certidão negativa de débitos, com validade na data de realização da contratação;
- f)** Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da empresa através de Certidão de Quitação de Débitos Municipais, com validade na data de realização da contratação.
- g)** Prova de Regularidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, através de:
  - g.1.** INSS - Certidão Negativa de Débitos – CND, com validade na data de realização da contratação; e
  - g.2.** FGTS – Certidão de Regularidade de Situação - CRS fornecido pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de realização da contratação.
- h)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

**7.6.2.** Para pessoa física:

- a) cópia do RG ou outro documento de identidade;
- b) cópia do registro na entidade de classe;
- c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a Fazenda Federal;
- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio do contratado, relativa a débitos estaduais, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

- e) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio do contratado, da Dívida Ativa da Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do contratado, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

## **8. QUANTO ÀS DEMAIS EXIGÊNCIAS**

**8.1.** O (a) contratado (a) ficará obrigado (a) a cumprir todas as exigências (Prefeitura de Florianópolis, Administração do Edifício APLUB e etc) que venham a ocorrer durante a aprovação do projeto, devendo para tanto comparecer pessoalmente aos órgãos geradores das exigências para conferência das mesmas, e cumpri-las integralmente no prazo estipulado pelos órgãos em questão, sem ônus financeiro para o CRESS/SC;

## **9. CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS**

A CONTRATADA cederá os direitos patrimoniais do projeto relativo ao objeto deste Termo de Referência, para o fim do CRESS/SC utilizá-lo a seu critério, nos termos do disposto no Art. 111 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## **10. DOS PRAZOS:**

Visitações: Poderão ser realizadas entre os dias **09 e 30 de janeiro de 2023**, no período das 10h às 16h, horário local;

**10.1.** A proposta deverá ser entregue até **06 de fevereiro de 2023**. A proposta deverá conter, dentre outras, as seguintes informações:

- 10.1.1 Dados da empresa (Razão Social, CNPJ, endereço, telefone, etc.);
- 10.1.2 Conta bancária (nome e número do banco, da agência e da conta corrente);
- 10.1.3 Planilha de Custo e Formação de Preços preenchida;
- 10.1.4 A proposta deverá ter seus valores expressos em moeda corrente nacional e prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

## **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução dos serviços contratados correrão da seguinte fonte de despesa do Orçamento de 2022:

- **Elementos de Despesa:** 6.2.2.1.1.02.01.01.001 Obras e Instalações

## **12. DO GESTOR CONTRATUAL.**

É designada a Comissão Administrativo-Financeira, como gestora contratual, nos termos da legislação vigente.

## **12. DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados mediante Transferência Bancária, através de crédito em conta corrente, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da entrega da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pela gestora do contrato do CRESS/SC, e de acordo com a forma estabelecida abaixo:

**40% (Quarenta por cento) do valor total do contrato, após a conclusão da apresentação preliminar e aprovação do CRESS/SC;**

**60% (Sessenta por cento) do valor total do contrato, após a conclusão do objeto e aprovação do CRESS/SC.**

## **13. OBSERVAÇÕES GERAIS**

13.1. A Contratada deverá manter sigilo de todas as informações e demais subsídios fornecidos pela Contratante para a execução dos serviços, ficando proibida de veicular publicidade acerca do objeto do contrato.

13.2 A minuta do instrumento do contrato é parte integrante e indissociável deste instrumento

Florianópolis, 21 de dezembro de 2022.

---

**Cheyenne Vieira Marques**  
Presidente

**Daniel Colombo**  
Coordenador Administrativo

---

**MINUTA - CARTA-CONTRATO DE SERVIÇO DE REFORMA**  
**INTERNA DAS SALAS DO CRESS/SC**

**PROCESSO - /2022**

Pelo presente instrumento, CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 12º REGIÃO, com sede na rua dos Ilhéus, nº 38, 10º andar, na cidade de Florianópolis/SC, CEP: 88.010-560 inscrito no CNPJ sob o nº 76.557.099/0001-99, neste ato representado por sua Presidente VIVIANA WACHTEL SELEME, doravante denominado CONTRATANTE; e , neste ato representado por , CPF: , RG: , inscrita no CNPJ sob o nº , com sede no endereço , doravante denominado CONTRATADO, conforme o ato de dispensa de licitação praticado pela Presidente, que se regerá pelos preceitos das Leis 8.666/1993 e demais normas aplicáveis à espécie, têm entre si, justas e contratados, as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA UM – DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente carta-contrato é a aquisição, mediante contratação de profissional e/ou empresa especializada e habilitada, de projetos de reforma de arquitetura de interiores e seus respectivos projetos complementares, em modo físico (impresso/plotado em tamanho A1, com escalas a serem julgadas pelo profissional responsável, eficientes para a correta e posterior execução da obra) e digital (em extensão pdf. e dwg.), listados abaixo.

- Projeto de reforma de interiores;
- Projeto de mobiliário;
- Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão;
- Projeto de instalações telefônicas prediais;
- Projeto de cabeamento estruturado, automação e lógica em edifícios;
- Projeto de instalações hidrossanitárias prediais;
- Projeto de luminotecnica;
- Projeto de combate a pânico e incêndio (se necessário);
- Emissão de laudo de estanqueidade das instalações de prevenção de combate a incêndio e pânico;
- Projeto de reforma/recuperação das esquadrias das janelas
- Projeto de execução
- Acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços

1.1.1. Consideram-se incluídos nos itens acima elencados, além dos projetos especializados, a elaboração e entrega em modo físico (impresso/plotado em tamanho A1,



com escalas a serem julgadas pelo profissional responsável, eficientes para a correta e posterior execução da obra, e A4 [demais casos]), e digital (em extensão pdf., xlsx e/ou dwg), dos seguintes itens:

- a. Memorial descritivo, em modo físico e digital, apresentando todas as Especificações Técnicas e Encargos, para cada um dos projetos elaborados, além das referências às Normas Técnicas a serem consultadas para a metodologia de execução dos serviços da obra. Este documento deve apresentar todas as características necessárias para identificação dos produtos a serem aplicados, tipo de material, dimensões e características físicas dos elementos, classificação, dimensão e cor dos acabamentos utilizados, entre outras informações pertinentes.
- b. Orçamento para execução da obra, em modo físico e digital, discriminando todos os projetos elaborados, considerando os valores praticados no mercado.
- c. Planilha Orçamentária, em modo físico e digital, a ser preenchida pelas empresas que irão concorrer em licitação para executar a reforma das instalações contendo, no mínimo, as seguintes informações: discriminação dos materiais e serviços, quantitativo de cada material e serviço, custo unitário dos materiais e serviços, custo total de cada material e serviço que deverá ser incluído ao final da Planilha Orçamentária;
- d. Cronograma físico-financeiro, em modo físico e digital, contendo a previsão de gastos com cada uma das etapas da obra, de forma a possibilitar uma análise da evolução física e financeira da mesma. Este Cronograma deverá conter o percentual mensal de execução dos serviços, e a aplicação dos recursos de cada item relativos ao valor total da obra, de forma compatível à Planilha Orçamentária apresentada;
- e. Recolhimento das taxas e registros das ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) junto ao CAU. As ARTs ou RRTs deverão ser devidamente preenchidas observando as especialidades diversas que deverão ser desdobrados em tantos profissionais quantos forem os profissionais envolvidos no objeto do contrato. Os formulários de ARTs ou RRTs deverão ser entregues devidamente quitadas e assinadas por seus Responsáveis Técnicos (apresentar em modo físico e digital);
- f. Plantas, “layouts”, Produtos Gráficos e Relatórios Técnicos (impresso/plotado em tamanho A1 com escalas a serem julgadas pelo profissional responsável, eficientes para a correta e posterior execução da obra), e digital (em extensão pdf. e dwg.).
- g. Acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

1.2. A proposta do CONTRATADO, o procedimento de dispensa de licitação e o Termo de Referência integram a presente carta-contrato como se parte dela fossem.

## **CLÁUSULA DOIS - DA VIGÊNCIA**



2.1. A vigência da presente carta-contrato será a partir da data de sua assinatura até / / para a entrega dos projetos arquitetônicos especificados no item 1.1; e de meses a partir do início da execução para Acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

2.2. O prazo para adimplemento das obrigações admite prorrogação nas hipóteses especificadas no § 1º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante solicitação por escrito, motivada e instruída com documentos comprobatórios, a ser formalizada por meio de Termo Aditivo.

2.3. O término da vigência da carta-contrato não importará na ineficácia das cláusulas do foro e das sanções que continuarão aplicáveis até o total e integral cumprimento das obrigações estabelecidas.

### **CLÁUSULA TRÊS - DO VALOR E DO ORÇAMENTO**

3.1. O valor total da carta-contrato é de , cujas despesas serão pagas conforme segue:

a) recursos orçamentários: sendo 40% (Quarenta por cento) do valor total do contrato, após a conclusão da apresentação preliminar e aprovação do CRESS/SC; e 60% (Sessenta por cento) do valor total do contrato, após a conclusão do objeto e aprovação do CRESS/SC.

- **Elementos de Despesa:** 6.2.2.1.1.02.01.01.001 Obras e Instalações

### **CLÁUSULA QUATRO - DO PAGAMENTO**

4.1. O pagamento será efetuado por meio Crédito na conta corrente de nº , Agência , de titularidade de , CPF , no prazo de 10 dias úteis a contar da conclusão da apresentação preliminar e aprovação do CRESS 12º Região no caso da primeira parte do pagamento e após a conclusão do objeto e aprovação do CRESS 12º Região no caso da segunda parte do pagamento.

### **CLÁUSULA CINCO – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO**

5.1. Os projetos serão recebidas:

5.1.1. **Provisoriamente**, pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até **15 (quinze) dias** contados da comunicação escrita de seu término pela Contratada, quando serão apontados vícios possíveis.

5.1.2. **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do Termo de Recebimento Provisório;

5.1.3. O Termo de Recebimento Provisório será lavrado e assinado pela Presidente Conselheira do CRESS 12º Região, pelo Coordenador Administrativo, pelos membros da Comissão Administrativo-Financeira e pelo CONTRATADO.

5.1.4. O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado e assinado pela Presidente Conselheira do CRESS 12º Região e pelo CONTRATADO.

5.2 Os prazos de início, de etapa de execução dos projetos de que trata o item 1.1 deste instrumento, de conclusão dos projetos de que trata o item 1.1 deste instrumento e de acompanhamento poderão ser prorrogados desde que, o pedido seja devidamente justificado e decorra de algum dos motivos do art.57, §1º, da Lei n.º 8.666/93. Todo pedido de prorrogação deverá ser devidamente justificado, autuado em processo e autorizado previamente pela Presidente Conselheira do CRESS 12º Região.

## **CLÁUSULA SEIS - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1. Sem que a isto limite seus benefícios, o CONTRATANTE terá os seguintes direitos:

6.1.1. Receber os projetos de acordo com o que consta neste instrumento, na Termo de Referência e nos seus anexos;

6.1.2. Receber os direitos sobre todos os projetos desenvolvidos, o que tornará possível copiá-los, alterá-los ou adaptá-los sempre que esta Instituição entender de sua conveniência.

6.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o CONTRATANTE responsável pelos seguintes itens:

a) Prestar ao CONTRATADO todos os esclarecimentos necessários à execução do serviço.

b) Efetuar os pagamentos devidos nos prazos determinados pelo CONTRATANTE devidamente aprovado pela Autoridade competente.

c) Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento do serviço.

6.3. Relacionar-se com o CONTRATADO exclusivamente por meio de pessoa indicada pelo CONTRATANTE.

6.4. Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.

## **CLÁUSULA SETE – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

7.1. Sem que a isto limite seus benefícios, o CONTRATADO terá os seguintes direitos:

7.1.1 Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas neste Contrato;

7.1.2. Receber o Atesto do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;

7.1.3. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.

7.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o CONTRATADO responsável pelos seguintes itens:

7.2.1. Providenciar junto ao conselho de classe a devida anotação de Responsabilidade Técnica – referentes ao objeto do contrato.

7.2.2. Executar o serviço rigorosamente de acordo com as especificações determinadas no Termo de Referência, bem como aos anexos que se vinculam a este Instrumento obedecidos os critérios e padrões de qualidade.

7.2.3. Durante a elaboração dos projetos e acompanhamento o CONTRATADO deverá observar todas as normas imobiliárias, ambientais e do Código de Postura do Município.

7.2.4. Prever nos projetos as normas Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos, Normas da ABNT e do INMETRO, do corpo de bombeiros e as Instruções e Resoluções dos Órgãos do Conselho de Classe pertinente.

7.2.5. Fornecer, mediante solicitação escrita, todos os esclarecimentos ou informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE;

7.2.6. Comunicar-se, estabelecer boa relação com os fornecedores e profissionais que executarão a obra, bem como controlar/supervisionar de todas as etapas de execução da obra.

7.2.7. O CONTRATADO deverá, às suas expensas e dentro do prazo compatível, apresentar os projetos gráficos, plantas, “layouts”, entregando-os de modo físico (impresso/plotado em tamanho A1, com escalas a serem julgadas pelo profissional responsável, eficientes para a correta e posterior execução da obra) e digital (em extensão pdf. e dwg.);

7.2.8. O CONTRATADO deverá, às suas expensas e dentro do prazo compatível, apresentar o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Orçamento para execução da obra, Cronograma físico-financeiro, comprovante de recolhimento das taxas e Registros das ART/RRT, entregando-os de modo físico (impresso e encadernado em tamanho A4, com índice/sumário de organização e orientação) e digital (em extensão pdf. e xlsx.);

7.2.9. Comunicar ao CONTRATANTE quaisquer eventos que possam comprometer a execução do contrato, tais como: dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO, decretação de falência ou recuperação judicial, débitos previdenciários, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira da Empresa, com repercussões no contrato.

7.2.10. Responder civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, independente de dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha diretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à Autarquia e/ou a terceiros, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente. Sendo que a responsabilidade do CONTRATADO não está excluída nem fica reduzida pela fiscalização ou acompanhamento pelo contratante.

7.2.11. A obrigação do CONTRATADO de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **CLÁUSULA OITO - DAS SANÇÕES**

8.1. O retardamento da execução do objeto, a falha ou fraude na execução do contrato, o comportamento inidôneo ou cometimento de fraude fiscal, será punida com o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal pelo prazo de até 5 (cinco) anos, assim como terá cancelado o seu Registro Cadastral, sem prejuízo da aplicação de multa de até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total da proposta.

8.2. Excetuados motivos de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados e comprovados, em caso de não cumprimento das obrigações assumidas ou de infringência de preceitos legais, serão aplicadas ao CONTRATADO as seguintes penalidades:

- a) advertência, sempre que constatadas irregularidades de pouca gravidade para os quais o CONTRATADO tenha diretamente concorrido;
- b) multa nos termos do subitem 8.2.1;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

8.2.1. O CONTRATADO, além das sanções previstas no Capítulo IV, Seção II da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, estará sujeita ainda, às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor contratual:

- a) multa diária em relação aos prazos fixados: 0,1 % (zero vírgula um por cento) sobre o valor contratual, por atraso de até 30 (trinta) dias.
- b) multa diária: 0,2 % (zero vírgula dois por cento), sobre o valor contratual, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso limitado esse atraso a 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.
- b.1) os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados como inexecução total ou parcial do contrato, para fins de aplicação de multa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a critério do CONTRATANTE.
- c) multa pelo descumprimento de cláusula contratual: 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso.
- d) multa por desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato: 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso.
- e) multa pela inexecução parcial do contrato: até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor contratual da parte inexecutada.
- f) multa pela inexecução total do contrato: até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor contratual.

8.2.1.1. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a que tiver direito o CONTRATADO.

8.3. O CONTRATADO estará ainda sujeito às sanções penais previstas na Seção III, do Capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

8.4. A aplicação da penalidade capitulada nos subitens acima é independente e a aplicação de uma não exclui a das demais e não impossibilitará a incidência de outras sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.5. As penalidades previstas neste item têm caráter administrativo e sua aplicação não exime o CONTRATADO de eventuais perdas e danos que acarretar ao CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA NOVE – DA RESCISÃO**

9.1. A presente carta-contrato poderá ser rescindida caso venha a ocorrer qualquer um dos motivos elencados no artigo 78 e na forma do artigo 79 da Lei federal nº 8666/93.

9.2. O CONTRATADO reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE na ocorrência da rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei federal nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA DEZ – DO FORO**

10.1. Fica eleito o Foro da Subseção judiciária Federal de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para dirimir as dúvidas ou controvérsias da carta-contrato que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

E, por estarem, assim as partes justas e contratadas assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Florianópolis,            de            de

CONTRATANTE:

---

**CRESS 12º Região**  
**CNPJ: 76557099/0001-99**  
*Neste ato representado por*  
**Cheyenne Vieira Marques**  
**Assistente Social nº 2516/CRESS 12ª Região**



CONTRATADA:

EMPRESA:

---

